

## ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Ata nº 101

Data: 05/08/2019

Participantes: Tony Ferreira Corrêa, Pedro Jorge Pinto Justino e Pricila dos Santos Lopes.

Convidados:

Às nove horas do dia 05 de agosto de dois mil e dezenove, atendendo a convocação, que fará parte integrante desta ata como anexo, reuniram-se os membros do Comitê abaixo assinados. Dando início aos trabalhos, a secretária procedeu à leitura da ordem do dia, constante da convocação, que passou a ser objeto de análise pelos presentes: PANORAMA: INTERNACIONAL EUROPA Conforme o instituto HIS Markit, o Índice de Gerente de Compras (PMI, na sigla em inglês) do setor de serviços avançou de 53,2 para 53,5 em agosto, um pouco acima das estimativas preliminares que apontavam 53,4 pontos. Já o PMI Composto, que considera também o setor industrial, avançou de 51,5 para 51,9. Apesar de números acima de 50 pontos indicarem expansão da atividade, os resultados são modestos. Outro dado relevante divulgado foi o indicador que mede a confiança do consumidor, conforme divulgado pela Comissão Europeia. O indicador registrou queda de 0,5 pontos em agosto, ficando ainda assim acima da média de longo prazo. A inflação permaneceu baixa em 1,0% anualizada em agosto, após registrar 1,1% em julho, e ainda distante da meta do Banco Central Europeu (BCE, na sigla em inglês) de 2% ao ano. O escritório de estatísticas da União Europeia reportou que a inflação nos 19 países que compartilham o euro permaneceu inalterada em julho, em linha com as expectativas. Após de ter mantido inalteradas as taxas de juros em sua reunião no final de julho, o BCE agora tem motivos para afrouxar ainda mais a política monetária da região, e já sinalizou que na próxima reunião reduzirá ainda mais a taxa de depósitos bancários e o reinício do programa de recompra de ativos. Ainda assim, mais de 80% dos economistas consultados pela Reutes estão céticos sobre a capacidade do banco de influenciar a inflação no médio prazo. EUA O Departamento de Comércio dos EUA divulgou dado sobre os gastos do consumidor, que corresponde a mais de dois terços da atividade econômica local. Houve um aumento de 0,6% no mês de julho, após elevação de 0,3% em junho, ante previsão de 0,5%, conforme economistas consultados pela Reuters. Entretanto, com os EUA impondo tarifas adicionais sobre produtos chineses, há preocupações de que os gastos com consumidor sofram um impacto no futuro. A criação de vagas de trabalho não agrícola em agosto foi de 130 mil novos postos. A taxa de desemprego se manteve inalterada pelo terceiro mês consecutivo em 3,7% conforme informou o Departamento de Trabalho, enquanto o número de pessoas desempregadas se manteve praticamente inalterado em 6 milhões. Já o salário médio por hora de todos os funcionários em folhas de pagamento privadas não agrícolas aumentou 11 centavos, para US \$ 28,11, após ganhos de 9 centavos em junho e julho. Em sua reunião no final de julho, o FED reduziu a taxa básica de juros da faixa entre 2,25% e 2,50% ao ano, para 2,0% e 2,25% ao ano, e as expectativas são de mais flexibilização monetária na reunião de setembro diante do enfraquecimento da economia global. ÁSIA A desaceleração da economia chinesa se intensificou em agosto, após a leitura dos dados da produção industrial que recuou para 4,4% anualizados em agosto ante o mesmo período do ano anterior, menor taxa desde fevereiro de 2002 e abaixo da alta de 4,8% em julho. Conforme a Reuters, a expectativa era de crescimento de 5,2%. No Japão, foi divulgado que o PIB local do segundo trimestre cresceu 0,3% na comparação com o trimestre de janeiro a março, abaixo da leitura preliminar que indicava ganho de 0,4%. A fraqueza da economia global e o agravamento do protecionismo comercial adicionam certa pressão sobre o banco central japonês (BOJ, na sigla em inglês) para que tome medidas expansionistas na próxima reunião, marcada para esta semana. MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL No mercado internacional de renda fixa, os títulos do tesouro americano de 10 anos, que tinham rendimento de 2,00% a.a. no final de julho, caíram cerca de 50 pontos base no mês de agosto para o nível em torno de 1,50% a.a. enquanto o rendimento dos títulos do Tesouro de 30 anos caiu para um mínimo histórico de 1,91%, acompanhando uma queda semelhante nas taxas no exterior. O rendimento japonês de 10 anos caiu para uma nova baixa negativa de três anos, enquanto o rendimento alemão e francês de 10 anos atingiu baixos recordes e a taxa italiana caiu abaixo de 1% pela primeira vez na história. De maneira geral, os rendimentos da dívida pública de longo prazo em agosto registraram uma de suas mais dramáticas retrações na memória recente, com o aumento da demanda global por títulos forçando os preços e as taxas a subir, com os temores de desaceleração da economia global relacionadas à política comercial de sobretarifas prevalecendo. Já as bolsas internacionais tiveram em agosto um mês de quedas fortes. Enquanto a bolsa alemã (Dax) caiu - 2,05%, a inglesa (FTSE 100) recuou -5,00%, a do Japão (Nikkei 225) registrou queda de -3,80% e a americana (S&P 500) desvalorizou - 1,81%. No mercado de commodities, o petróleo tipo Brent registrou uma queda de - 7,3% no mês, enquanto o WTI recuou -6,0%. NACIONAL ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA Conforme divulgou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o Produto Interno Bruto - PIB - brasileiro cresceu 0,4% no segundo trimestre em relação aos três primeiros meses deste ano. O avanço da atividade, que veio acima das principais projeções, fez com que país escapasse da recessão técnica, quando a economia deixa de crescer por dois trimestres consecutivos, já que entre janeiro e março, o Brasil registrou um recuo de 0,2%. O resultado foi puxado, principalmente, pelos ganhos da indústria (0,7%) e dos serviços (0,3%), enquanto a agropecuária caiu 0,4%. A taxa de desemprego, por sua vez, que era de 12,0% no trimestre encerrado em junho, caiu para 11,8% no trimestre encerrado em julho, atingindo 12,6 milhões de pessoas, conforme o IBGE. A população ocupada no país somou 93,6 milhões de pessoas em julho. SETOR PÚBLICO Conforme informou o Banco Central, o setor público consolidado (Governo Central, Estados, municípios e estatais, com exceção de Petrobras e Eletrobras) apresentou déficit primário de R\$ 2,763 bilhões em julho, menor que o de junho, de R\$ 30,102 bilhões. Nos sete primeiros meses de 2019, as contas do setor público acumularam um déficit primário de R\$ 8,503 bilhões, o equivalente a 0,21% do PIB. A dívida bruta geral do setor público, que contabiliza os passivos dos governos federal, estaduais, municipais e do INSS, subiu em julho, passando de R\$ 5,540 trilhões, o equivalente a 79% do PIB. INFLAÇÃO O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE divulgou que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), depois de ter registrado alta de 0,19% em julho, subiu apenas 0,11% em agosto, com os preços dos



grupos "alimentação e bebidas" e "transportes" contribuindo positivamente. A variação acumulada no ano ficou em 2,54% e, nos últimos 12 meses, em 3,43%, bem abaixo do centro da meta do Banco Central, que é de 4,25%. Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede a variação da cesta de consumo de famílias com renda até cinco salários mínimos, registrou inflação de 0,12% em agosto. A taxa é superior ao INPC de julho (0,10%) e de agosto do ano passado, quando não registrou variação. JUROS O Comitê de Política Monetária – Copom, divulgou a ata da última reunião realizada ao final de julho, quando a taxa de juros, Selic, sofreu um corte de 0,50 p.p passando para 6% ao ano. Na ata, o Copom reiterou que os indicadores recentes da atividade econômica sugerem possibilidade de retomada do processo de recuperação da economia brasileira, porém, em ritmo gradual. Em relação à inflação, o Copom destacou que o balanço de riscos evoluiu de maneira favorável, mas avalia que o risco ainda é preponderante. O cenário básico para a inflação envolve fatores de risco em ambas as direções. Se por um lado, o nível de ociosidade elevado pode continuar produzindo trajetória prospectiva abaixo do esperado, por outro lado uma eventual frustração das expectativas sobre a continuidade das reformas e ajustes necessários na economia brasileira pode afetar os prêmios de risco e elevar a trajetória da inflação no horizonte relevante para a política monetária. O risco se intensifica no caso de reversão do cenário externo benigno para economias emergentes. CÂMBIO E SETOR EXTERNO A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de agosto cotada em R\$ 4,1425, com uma valorização de 8,45% no mês. Em julho, as transações correntes, apresentaram déficit de US\$ 9,035 bilhões em termos nominais, acumulando em doze meses saldo negativo de US\$ 24,4 bilhões. Conforme o BACEN, o desempenho é fruto de uma balança comercial mais fraca e do aumento das remessas líquidas de lucros e dividendos para fora do país. Conforme o Ministério da Economia, a balança comercial brasileira registrou superávit de 3,284 bilhões de dólares em agosto, melhor saldo para o período desde 2017, num mês em que as importações caíram mais que as exportações. O dado veio em linha com expectativa de um saldo positivo de 3,2 bilhões de dólares, conforme pesquisa Reuters com analistas. RENDA FIXA Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês de agosto acabou sendo o do IRF-M 1, com alta de 0,55%, seguido do IRF-M Total, com alta de 0,26%. Nos vértices mais longos, o IMA-B 5+ recuou -0,77% enquanto o IDkA IPCA 20A desvalorizou -1,35%. RENDA VARIÁVEL Para o Ibovespa, o mês de agosto também refletiu os movimentos das bolsas internacionais. A queda foi de -0,67% acumulando no ano um avanço de 15,07% e em doze meses de 31,90%. O índice terminou o mês em 101.134 pontos. PERSPECTIVAS MERCADO INTERNACIONAL O mês de setembro deve ser marcado pela resposta dos principais Bancos Centrais com estímulos monetários visando manter o crescimento da economia global que dá sinais de desaquecimento mundo afora. A batalha comercial sino-americana tem afetado o comércio global, e os protagonistas se mostram dispostos a negociar um acordo benéfico. Está marcada para o início de outubro uma reunião presencial em Washington, aumentando as chances de uma solução para a guerra tarifária entre os países. Ambos os lados deram demonstrações recentes de "boa vontade". Enquanto a China anunciou um pacote de isenções tarifárias para 16 produtos americanos da pauta de importações, os EUA concordaram em adiar de 01 para 15 de outubro o aumento de tarifas sobre US\$ 250 bilhões de importações chinesas. MERCADO NACIONAL No Brasil, uma série de indicadores tem revelado forte resistência do país ao crescimento econômico desde o fim da recessão, em 2016. O resultado é reflexo da deterioração do nível de investimentos, da situação fiscal do governo e da abalada confiança de consumidores e empresários na economia. A pesquisa semanal Focus tem apontado sistematicamente uma redução da expansão para o PIB, para este ano e agora também para o próximo. O mercado concentra suas apostas em nova redução da taxa Selic na reunião do Copom deste mês, e qualquer movimento contrário deverá refletir negativamente nos preços dos ativos. Em relação às aplicações dos RPPS aconselhamos o investimento de 25% dos recursos em fundos de investimento em títulos públicos que possuem a gestão a longo prazo (duration), produto a ser acompanhado com a devida atenção por conta das posições assumidas pelo gestor. Para os vértices de longo prazo (especificamente o IMA-B Total) passamos agora a recomendar uma exposição de 10% (vide Nossa Visão de 01/07). Para os vértices médios (IMA-B 5, IDkA 2A e IRF-M Total) reduzimos a recomendação para uma exposição de 25% e para os vértices de curto prazo, representados pelos fundos DI, pelos referenciados no IRFM-1 e pelos CDBs a alocação agora sugerida é de 10%. Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento e as exigências da nova resolução editada pelo CMN, é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo). Quanto à renda variável, recomendamos uma exposição máxima de 30%, por conta da melhora do ambiente econômico neste ano, que já se reflete em um melhor comportamento dos lucros das empresas e, portanto, da Bolsa de Valores e também pelo fato da importância do produto como fator de diversificação de portfólio, em um momento em que as taxas de juros dos títulos públicos não mais superam a meta atuarial. Para a alocação em fundos multimercado a nossa sugestão é de 10% dos recursos e de 2,5% a alocação em FII e FIP, respectivamente, dada a pouca disponibilidade de produtos no mercado enquadrados para os RPPS. Para o investimento em ações, a nossa recomendação é de 15% dos recursos, tendo-se em vista o potencial de crescimento das empresas neste e nos próximos anos, como já dissemos, em uma conjuntura de baixa inflação e taxas de juros nas mínimas históricas. Muito embora ainda esteja no campo das expectativas, a implementação das reformas estruturais demandadas pelo mercado em muito também poderão influenciar o comportamento positivo das ações, no futuro. **Análise do fluxo de caixa do mês corrente:** O Presidente apresentou o fluxo de caixa para o mês corrente constante no Balancete de Julho de 2019. Nos dias 01 a 30 ocorrerão pagamentos de despesas com a folha do RPPS e prestadores de serviços. A totalidade dos membros presentes decidiram que os recursos para fazer frente aos compromissos no mês deverão ser resgatados do Fundo IRF-MI ou IMA do Banco do Brasil. **Assuntos gerais:** Nada mais havendo a ser tratado, foi finalizada a reunião. E para constar, lavrei a presente Ata que assino e os demais.